



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A6 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
sexta-feira • 15 de março de 2013

TRANSPORTE

Movimento volta a apontar supostas irregularidades

Por Alessandra Cavalcanti

Jornalista • alessandracaavalcanti@correiodesergipe.com

Integrantes do Movimento Não Pago – que representam a Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público – continuam firmes na missão de conscientizar a população aracajuana acerca das supostas irregularidades presentes na planilha do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Município de Aracaju (Setransp).

O Setransp pede reajuste de 12% nas tarifas de ônibus, fato que tem revoltado não apenas os usuários do transporte coletivo da capital sergipana e da Grande Aracaju, como também acirrado ainda mais os ânimos dos representantes da Frente, que na tarde de ontem realizaram mais uma manifestação – dessa vez no Centro de Aracaju.

Vale destacar que na última segunda-feira, 11, a Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público levou essa mesma problemática ao plenário da Câmara Municipal de Aracaju (CMA). Na ocasião, foi solicitada uma auditoria para apurar cada item negativo encontrado nas propostas do Setransp.

De acordo com o coordenador de Comunicação e Imprensa do Movimento Não Pago, Flávio Marcel Menezes Valério, um panfleto foi elaborado pela Frente para explicar, de forma resumida e clara, as supostas irregularidades da planilha do Sindicato.

“O preço do pneu de ônibus alegado pelo Setransp, por exemplo, é 23% superior ao menor preço de mercado que apareceu em nossa pesquisa. Além disso, o Setransp informa que o valor do microônibus é igual ao de um ônibus conven-

cional, quando, na verdade, é apenas metade do valor”, esclarece Flávio Marcel.

• Pontos irregulares

Segundo a Frente, o Setransp também estaria alegando que o custo com câmeras de ar e com protetores dessas câmeras chega a milhões, sem que essa despesa realmente exista. “A frota de ônibus atual se utiliza de pneus com tecnologia tubless, ou seja, sem câmara e sem protetor”, diz Flávio.

Outro ponto levantado pela Frente está no fato de que no cálculo da tarifa são incluídos salários de motorista e cobrador nos microônibus e micrões, que só possuem um funcionário realizando as duas funções. Além disso, o preço dos combustíveis, óleo e lubrificantes alegados pelo Setransp é superior ao menor preço de mercado.

“O Sindicato também estabelece altos salários para os cargos administrativos, enquanto os trabalhadores rodoviários vêm acumulando grandes perdas salariais nos últimos anos”, queixa-se Marcel.

• Redução da tarifa

A Frente também analisou o fato de as empresas arrecadarem milhões com publicidade nos vidros traseiros dos ônibus – o chamado busdoor. No entanto, segundo Marcel, por se tratar de um serviço público, esse valor deveria ser utilizado para pagar uma parte da tarifa, e não para ir direto ao bolso dos empresários.

“Tendo em vista essas irregularidades, ao invés de aumentar para R\$ 2,52, a tarifa dos ônibus deve reduzir, imediatamente, para R\$ 1,82, conforme a análise que fizemos em cima apenas dos cálculos que tivemos condições de provar. Por essa e outras razões, exigimos também

uma auditoria dos custos das empresas de ônibus com participação direta da sociedade civil”, enfatiza o representante da Frente, Flávio Marcel.

Para a usuária do transporte público de Aracaju, jornalista Arícia Menezes, o pedido de reajuste do Setransp é abusivo, considerando a situação lastimável na qual se encontram os ônibus de Aracaju. “Todos os dias, somos obrigados a trafegar em veículos velhos, quebrados, sujos, com bancos soltos e com atraso nos horários que passam pelos pontos. O reajuste é inadmissível”, protesta a jornalista.

“Mais uma vez, eles justificam que esse aumento vai culminar na melhoria da frota, mas essa conversa é antiga e tenho certeza que a população não vai engolir. Se pudéssemos dispor de ônibus de qualidade, eu faria questão de pagar mais pela tarifa, mas, definitivamente, não é o caso de Aracaju”, acrescenta Arícia Menezes.

• Licitação

Todas as problemáticas que norteiam o transporte público local levaram o Ministério Público Estadual (MPE), por intermédio do promotor de Justiça **Marcílio Siqueira Pinto**, a recorrer à Justiça solicitando a continuidade do processo de Licitação do Transporte Público, suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) no ano passado. “Somente com a licitação feita os problemas começarão a ser solucionados”, diz Pinto.

A reportagem do **Jornal Correio de Sergipe** tentou localizar o Setransp, a fim de conversar sobre as supostas irregularidades levantadas pela Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público, mas o contato não foi possível.

